



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.d@abr.com.br

Bolha da impunidade 2

O senador Davi Alcolumbre justificou a urgência urgentíssima para votar o chamado projeto da Dosimetria, que reduzirá, drasticamente, as penas dos condenados pela tentativa de golpe, sob o argumento de que seria uma "atualização e modernização da lei". Bem, comparemos as penas do Brasil às de outros países, à luz de um estudo realizado em 2023, pelos pesquisadores de direito Lucas Miranda, mestre

pela UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), e Túlio Vianna, doutor pela UFPR (Universidade Federal do Paraná).

Eles fizeram uma análise da situação do Brasil com Estados Unidos, Reino Unido, França, Alemanha, Espanha, Itália, Portugal, Canadá, México e Argentina. No confronto, o Brasil ficou em segundo lugar em termos de legislação mais branda, empatado com Portugal, com a pena máxima de 12 anos de prisão por tentativa de golpe. O Brasil só perde para a Itália, que prevê reclusão máxima de cinco anos.

Se estivessem na Alemanha, no Reino Unido ou no Canadá, os golpistas brasileiros estariam condenados à prisão perpétua. Na Argentina e na França, a depender das circunstâncias, os autores

do referido crime também poderiam ser alvo da mesma punição.

Na França, se credenciariam os personagens que fossem autoridades públicas. Já na Argentina de Javier Milei, a prisão perpétua alcança integrantes do Congresso que "concederem ao Poder Executivo Nacionais poderes extraordinários que coloquem à mercê do governo a vida, a honra ou a propriedade dos argentinos".

Na avaliação de pesquisadores e juristas, em vez de aliviar a punição e estimular a impunidade, a legislação deveria endurecer as penas, punindo, inclusive, os chamados atos preparatórios, a conspiração e a incitação. Como se vê, a penalização brasileira é baixa. Não se justifica, portanto, esse projeto de abrandar a punição a golpistas.

Ante a ameaça das facções, o Senado acaba de aprovar o aumento de penas para integrantes de grupos criminosos. Os líderes podem receber condenações de até 60 anos, com previsão de aumento de penas para até 120 anos, em determinados casos. A levianidade fica evidente no fato de que o PL da Dosimetria entra em conflito com o PL Antifacção. Enquanto o PL Antifacção aumentou o tempo de pena necessário para haver a progressão, o PL da Dosimetria manteve o mesmo percentual da legislação atual.

Com isso, a proposta da dosimetria reduz as penas dos golpistas, mas, por tabela, contempla, também, os que praticaram outros crimes. É a brecha para que sejam beneficiados autores de crimes de

corrupção, crimes ambientais e exploração sexual. Quer dizer, tudo foi feito apenas para agraciar os aliados, sem qualquer preocupação com a abrangência e com as consequências da promulgação da lei.

Essa é a "atualização" e a "modernização" que o PL da dosimetria propõe: a descriminalização do crime e o estímulo a novos delitos contra o Estado de Direito, quando as excelências do Congresso Nacional deveriam honrar o juramento de defesa da democracia com o qual se comprometeram ao assumirem o mandato popular: "Prometo manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil".

POLÍTICA / Movimentação ocorre após o ex-governador sinalizar que pretende entrar na corrida eleitoral ao Buriti, no ano que vem. Segundo ele, a nova lei da Ficha Limpa o torna elegível. Judiciário diverge sobre fim da inelegibilidade

Arruda filia-se ao PSD

» CARLOS SILVA

O ex-governador do Distrito Federal José Roberto Arruda deu mais um passo para tentar retornar ao cenário político local. Ontem, ele filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD), sigla pela qual pretende concorrer ao Palácio do Buriti nas eleições de 2026. A movimentação ocorre após Arruda sinalizar publicamente que está disposto a entrar novamente na corrida eleitoral, encerrando um período de afastamento imposto por decisões judiciais que o tornaram inelegível ao longo da última década.

Durante o evento de filiação, realizado no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, com a presença do presidente nacional do partido, Gilberto Kassab, e de lideranças da sigla, Arruda afirmou estar confiante quanto à sua situação jurídica e disse não ver mais espaço para questionamentos sobre sua elegibilidade. Segundo ele, a aprovação e a sanção da nova lei que altera as regras de inelegibilidade encerraram a discussão. "Acho que a questão jurídica foi resolvida com a lei aprovada no Congresso e sancionada pelo presidente. Os oito anos começam a contar na decisão de segundo grau", disse.

Arruda explicou que, no caso dele, a condenação em segunda instância ocorreu em 17 de julho de 2014. Por isso, na interpretação

dele, o prazo de inelegibilidade terminou em 2022. Para ele, mesmo diante da existência de mais de uma condenação relacionada à Operação Caixa de Pandora, a nova legislação estabelece um limite máximo de 12 anos de inelegibilidade. "Se houver mais de uma, porque muitas são desmembradas, o máximo são 12 anos. Portanto, venceria em 17 de julho de 2026, antes da inscrição das chapas. Então, estou elegível", declarou.

Projeto político

O presidente nacional do PSD, Gilberto Kassab, posicionou o ex-governador como a figura central de um projeto político para 2026. Em seu discurso, ele ressaltou que "hoje (ontem) o PSD começa a se preparar para governar Brasília", destacando o novo aliado como "indiscutivelmente uma das pessoas mais bem preparadas para a política brasileira". "Aquele que melhor conhece os desafios que o Brasil tem pela frente", assinalou Kassab, vinculando a imagem de Arruda a uma gestão passada que, na visão dele, soube resolver problemas na saúde, na educação e na infraestrutura.

Também presente, o senador Izalci Lucas (PL) destacou a relação política de longa data com Arruda e relembrou o início de sua trajetória eleitoral. Segundo Izalci, foi o ex-governador quem o incentivou a disputar cargos públicos, há 27 anos.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Evento de filiação realizado ontem reuniu lideranças do partido, aliados e apoiadores do ex-governador

Memória

Investigação e renúncia

José Roberto Arruda foi eleito senador pelo Distrito Federal e exerceu o mandato de 1995 a 31 de janeiro de 2003, quando assumiu o cargo de deputado federal, para o qual foi eleito em 2002. Em 2006, foi eleito governador do Distrito Federal, no segundo turno das eleições, derrotando a então governadora Maria de Lourdes Abadia, e tomou posse em 1º de janeiro de 2007.

O governo de Arruda foi interrompido por uma grave crise política e institucional em novembro de 2009, com o avanço da Operação Caixa de Pandora. A investigação revelou um esquema de arrecadação e distribuição sistemática de propinas envolvendo integrantes do governo e parlamentares da Câmara Legislativa do DF,

em troca de apoio político. O caso ganhou repercussão nacional após a divulgação de gravações em vídeo, nas quais deputados distritais e aliados do governo aparecem recebendo dinheiro em espécie, guardando maços de notas em bolsos, meias e bolsas.

As imagens, obtidas a partir de delações e interceptações autorizadas pela Justiça, tornaram-se um dos símbolos do escândalo e desencadearam uma sucessão de prisões, afastamentos e renúncias no cenário político do Distrito Federal. Arruda foi apontado pelas investigações como beneficiário e articulador político do esquema, o que levou o Ministério Público a sustentar que ele teria atuado para influenciar testemunhas e interferir na produção de provas.

Em 11 de fevereiro de 2010, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decretou a prisão preventiva do então governador, sob a

justificativa de que ele teria tentado obstruir as investigações, inclusive, por meio da oferta de vantagens a uma testemunha-chave do processo. A decisão aprofundou a crise política no DF e levou à paralisação administrativa do governo.

Dante do avanço das investigações e da perda de sustentação política, Arruda renunciou ao cargo em março de 2010. Ele permaneceu preso até abril do mesmo ano, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) permitiu que ele respondesse aos processos em liberdade. A partir desse episódio, a trajetória política de Arruda passou a ser marcada por uma longa sequência de ações penais, processos por improbidade administrativa e disputas judiciais decorrentes da Operação Caixa de Pandora, cujos efeitos se estenderam por mais de uma década sobre sua vida pública e seus direitos políticos.

Cenário jurídico é incerto

A possível volta de Arruda ao jogo político ocorre em meio a um cenário jurídico ainda complexo. O ex-governador foi condenado em ações de improbidade administrativa no âmbito da Operação Caixa de Pandora (veja Memória).

Em agosto de 2014, ele foi condenado em segunda instância pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), o que o enquadrou na Lei da Ficha Limpa e resultou em sua inelegibilidade a partir daquele momento. Em 2024, a 2ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal condenou o ex-governador à suspensão de direitos políticos por 12 anos.

Mais recentemente, a Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou recurso apresentado pela defesa de Arruda contra uma dessas condenações. Nesse contexto, Arruda estaria inelegível até 2032. Apesar da derrota no STJ, a decisão não altera, por si só, a situação eleitoral do ex-governador.

O ponto que reacende o debate sobre sua elegibilidade é a sanção, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), do Projeto de Lei Complementar 219/2025, que promove mudanças na Lei das Inelegibilidades e na Lei da Ficha Limpa. Entre os dispositivos mantidos, após os vetos presidenciais, está a regra que determina que o prazo de inelegibilidade passe a ser contado a partir da condenação por órgão colegiado, e não mais somente após o trânsito em julgado ou o cumprimento da pena.

Na prática, a alteração encurta o período de afastamento das disputas eleitorais, já que processos judiciais costumam se arrastar por anos. No caso de Arruda, condenado em segunda instância em agosto de 2014, a pena de oito anos de inelegibilidade teria se encerrado em agosto de 2022. Com isso, de acordo com a interpretação de sua defesa, ele estaria apto a concorrer a cargos eletivos.

NATAL

Farol da esperança encanta em Brazlândia

Com a chegada das festas de fim de ano, o Santuário Arquidiocesano Menino Jesus tornou-se o novo ponto de referência para a comunidade de Brazlândia. As cores que iluminam a cidade até as 23h atraem turistas, ex-moradores e fiéis de todo o Distrito Federal. A moradora de Brazlândia Fernanda Souza Barros, de 30 anos, trouxe as sobrinhas para passear em frente à igreja, tirar fotos e guardar recordações. "As decorações trazem um ar de esperança, de alegria e de felicidade para toda a população", destaca Fernanda.

Para a comunidade religiosa, a igreja se ilumina não só em chama, mas para celebrar Cristo e a fé: "Simboliza Jesus, que é a luz", afirmou o ministro da Eucaristia Antônio de Oliveira. A inauguração das luzes, uma iniciativa inédita no Santuário, também foi marcada por um evento que juntou a comunidade local: "Tudo isso chama mais as pessoas para vir à igreja". Pelo santuário e pela curiosidade de ver as luzes", completa Oliveira.

Ex-morador da região, João Pau-

lo Castro, 18 anos, aproveitou o clima natalino para passear com a namorada, Eduarda Fernandes, 18. O jovem assistiu à missa do santuário todos os domingos e, ao visitar o local novamente, percebeu o entusiasmo da cidade: "Isso une mais a gente, mais famílias vindas. A cidade toda está muito bonita, a praça e o Balneário Verdinha", comentou.

Visão

O santuário é apontado como o segundo maior templo católico do Brasil, atrás apenas da Basílica de Aparecida, e comporta cerca de 6 mil pessoas sentadas e até 15 mil em circulação nas galerias internas. A origem do templo também alimenta o imaginário local: segundo a tradição, em abril de 1971, um menino engraxate viu, junto a um arbusto no centro de Brazlândia, uma grande escada subindo em direção aos céus. Perplexa, a criança contou a visão para a mãe e, posteriormente, para o padre da cidade, que o tranquilizou. Segundo revelou o vigário, ali seria

construído um grande santuário dedicado ao Menino Jesus.

Um ano após a visão do menino engraxate, em 1972, a Imagem Peregrina do Menino Jesus chegou ao Brasil. A obra centenária foi esculpida por um artista romano e era venerada no Convento das Irmãs do Menino Jesus, nas proximidades da Basílica de Santa Maria Maior. Por esse motivo, a vinda ao país quase foi impedida pelo governo italiano, que alegava que a imagem fazia parte do patrimônio nacional. Superado o impasse, a obra de arte foi trazida ao Brasil e entregue à comunidade de Brazlândia.

A imagem ficou guardada em uma pequena igreja de madeira até 1975,



Fernanda Souza Barros e as sobrinhas foram conferir de perto a iluminação do Santuário Menino Jesus